



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001050-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**
 Requerido: **Andrea Alves de Araujo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

A autora Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social propôs a presente ação contra a ré Andrea Alves de Araujo, pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 5.294,73, acrescida de atualização monetária a partir da citação e juros de mora até a data do efetivo pagamento, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares nos meses de maio a dezembro de 2015.

A ré foi citada às folhas 72, não oferecendo resposta (folhas 73), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia da ré, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares inadimplidas nos meses de maio a dezembro de 2015, por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da importância de R\$ 5.294,73.

O contrato celebrado entre as partes contém a assinatura da ré (folhas 55/58). A revelia, faz presumir verdadeiros os fatos afirmados pela autora.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 5.294,73, devidamente atualizada desde a propositura da ação, pela tabela prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, devidos a partir da citação. Pela regra da causalidade, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos da cláusula trigésima do contrato.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.C.

São Carlos, 27 de junho de 2016.

Juiz Milton Coutinho Gordo

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**